



5385 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
 GT14 - Sociologia da Educação

POLÍTICA DE CORREÇÃO DE FLUXO: EVIDÊNCIAS DE DESIGUALDADES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO ATRAVÉS DO ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Maria de Fátima Magalhães de Lima - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES E FAPERJ

POLÍTICA DE CORREÇÃO DE FLUXO: EVIDÊNCIAS DE DESIGUALDADES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO ATRAVÉS DO ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Resumo

Este estudo tem por propósito analisar as desigualdades observadas nas trajetórias escolares de alunos que cursaram o 5º ano do ensino fundamental em 2010, matriculados em projetos de correção de fluxo entre 2011 e 2013, até os desfechos das trajetórias em 2014. Baseia-se nos dados referentes à heterogeneidade das transições escolares que podem resultar em trajetórias mais ou menos acidentadas e desfechos diferenciados. Na análise das possíveis relações entre a política de correção de fluxo, as trajetórias escolares e os perfis dos alunos foram utilizados dados do Censo Escolar e da base de matrículas da rede de ensino, cotejados aos documentos oficiais. Os resultados indicam que (1) a política de correção de fluxo não favoreceu trajetórias regulares e desfechos equânimes que indiquem processos longevos de escolarização; (2) estratos socialmente mais privilegiados, ou seja, alunos brancos, do sexo feminino, alcançam desfechos mais promissores, sugerindo que a política não reduziu as desigualdades já acentuadas na sociedade e no interior do sistema.

Palavras-chave: trajetórias escolares, correção de fluxo, distorção idade-série, desigualdades educacionais.

1. Introdução

Encerrada a primeira década do século XXI duas afirmações podem ser feitas acerca da educação brasileira. A primeira é que os indicadores educacionais apresentaram avanços, sobretudo em relação à redução do analfabetismo, à expansão do ensino fundamental, à ampliação da jornada escolar e à elevação das taxas de matrícula na Educação Superior. No entanto, não obstante estes avanços tenham melhorado o quadro geral da educação, a segunda afirmação que se sustenta, conforme apontam Soares e Alves (2003), Franco, Alves e Bonamino (2007) e Ribeiro (2011), dentre outros, é que ainda persistem no interior do sistema de ensino significativas desigualdades de oportunidades educacionais que se perpetuam através de gerações.

Eradicar ou reduzir estas desigualdades é um desafio a ser perseguido por países que logrem assegurar, através da educação, mobilidade social e acesso a posições hierarquicamente superiores de ocupação e renda às camadas sociais historicamente excluídas, especialmente pelo significativo peso da origem social no desempenho escolar e nas trajetórias escolares.

Uma série de estudos converge para conclusões de que raça/cor, etnia, gênero, e background familiar constituem-se como fatores que influenciam as trajetórias escolares e parecem orientar o destino social de um número considerável de crianças e jovens do país. (ALVES, ORTIGÃO, FRANCO, 2007; MONT'ALVÃO, 2011; OLIVEIRA, SOARES, 2012).

Em relação à produção das distinções escolares, Dubet (2008, p. 31) afirma que cada sistema escolar, em função de suas políticas e tradições "pode estar mais ou menos próximo de um ideal puro de igualdade de oportunidades, mas nenhum consegue verdadeiramente se proteger da influência das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares". De acordo com o autor, as diferenças de origem se acentuam no decorrer das trajetórias escolares por fatores associados às políticas educacionais, aos sistemas de ensino, às escolas, e às desigualdades culturais entre os alunos.

Este estudo situa-se neste campo de interesse, considerando que pretende investigar as possíveis relações entre a política de correção de fluxo implementada numa rede pública de ensino e as trajetórias escolares de alunos que estavam matriculados no 5º ano do ensino fundamental em 2010 até os desfechos escolares em 2014.

A perspectiva é apresentar uma abordagem integradora, na qual o estudo das trajetórias constitui-se como uma ferramenta de análise para verificar a influência da política sobre as trajetórias escolares e seus possíveis desfechos, cotejados aos perfis dos alunos, com o intuito de investigar a redução e/ou manutenção das desigualdades no interior do sistema e perspectivas de vida futura.

O trabalho está dividido em seis seções, além desta introdução e das referências bibliográficas. Na próxima seção apresenta-se uma breve discussão da literatura existente sobre as políticas de correção de fluxo, as desigualdades educacionais e as trajetórias escolares.

2. Literatura sobre distorção idade-série, desigualdades educacionais e trajetórias escolares

Do ponto de vista formal, a perspectiva das políticas de correção de fluxo é focalizar e compensar os alunos que se encontram em desvantagem educacional em razão do atraso escolar. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o

aluno apresenta distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre a idade cronológica e a idade prevista para o ano escolar cursado é de dois anos ou mais. Neste sentido, tais políticas situam-se entre as políticas de ações compensatórias, tendo como público-alvo alunos desfavorecidos, vulneráveis à multirrepetência e ao abandono, e que, portanto, na perspectiva da equidade, precisam ser focalizados por políticas educacionais reparadoras, usualmente, através de aceleração da aprendizagem.

A princípio pode-se supor que esta estratégia pedagógica tem a perspectiva de reduzir as desigualdades educacionais reproduzidas e engendradas no interior do sistema, que são reforçadas na medida em que “tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura” (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Para Dubet (2008, p. 13), “a equidade de um sistema escolar pode também ser julgada pela maneira como os mais fracos são tratados”. A partir dessa concepção de equidade, e de uma justiça corretiva, segundo Crahay (2013, p.12-13), “parece justo que o Estado socorra os mais desfavorecidos e, de maneira mais geral, se esforce para promover a máxima igualdade para todos, recorrendo eventualmente a procedimentos corretivos voltados para os mais fracos”. Neste sentido, deve-se intensificar a atenção aos alunos que enfrentam dificuldades escolares mais significativas, ampliadas inclusive pela repetência.

Oliveira e Soares (2012) apontam que alunos repetentes estão mais expostos a novas reprovações, de tal modo que os mais atrasados (defasados) têm de 3% a 8% mais chances de reprovação do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com resultados mais danosos entre os alunos do 6º ao 9º ano.

Trabalhos complementares contribuem para mostrar a associação entre raça/cor e a defasagem idade-série nas trajetórias dos alunos no sistema de ensino. São exemplares as pesquisas de Carvalho (2004), Ferraro (2007), Louzano (2013), que apresentam evidências de que meninos negros tendem a apresentar maiores chances de reprovação e atraso escolar.

No que diz respeito ao gênero, Mont’Alvão (2011) analisou as chances de realização da transição do ensino médio para a educação superior, considerando a divisão entre ensino público e privado, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) de 2001, 2004 e 2007 para jovens de 17 a 25 anos. Através de modelos logísticos multinomiais, o autor encontrou evidências significativas de que as mulheres têm mais chances que os homens de completar a transição do ensino médio para universidade, independentemente de terem estudado na rede privada ou pública.

Além desses fatores, as pesquisas de Nogueira (2005), Alves e Soares (2009) e Ribeiro (2011), dentre outras, apontam para a relação entre a escolaridade dos pais e o êxito escolar dos alunos. Tais estudos destacam o capital cultural transmitido pelas famílias e a instrução dos pais (sobretudo das mães) como fatores que favorecem as trajetórias mais longas dos alunos. Com efeito, estudos consagrados da Sociologia da Educação reafirmam que a principal característica materna, que afeta a progressão dos filhos no sistema educacional é a escolaridade da mãe. Comumente, esta variável é considerada um indicador do “capital cultural”, que se revela de extrema importância para o desempenho educacional da prole, conforme apontado por Bourdieu e Passeron (1992).

3. O campo da pesquisa

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que analisou aspectos da implementação da política de correção de fluxo e sua relação com as trajetórias escolares de alunos na rede pública municipal do Rio de Janeiro, no período de 2009 a 2014. Tal política foi estabelecida como uma das ações prioritárias da educação carioca após a eleição do governo municipal em 2008, cuja agenda educacional focalizou a política de ciclos, o desenvolvimento de uma gestão gerencial, referenciado no acordo de resultados e mecanismos de *accountability* (RIO DE JANEIRO, 2009)

Os argumentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) para a implementação da política de correção de fluxo e ruptura com a política educacional anterior foi o atraso escolar, reportado no “analfabetismo funcional”, na baixa aprendizagem e na distorção idade-série. De acordo com dados do MEC/INEP, as taxas de distorção idade-série da maior rede pública municipal de ensino da América Latina, haviam atingido em 2008 percentuais 17,9% de matrículas nos anos iniciais, 35,5% nos anos finais e 25,4% no total do ensino fundamental. No mesmo ano, as taxas médias do país, nas dependências municipais urbanas foram 18,4% nos anos iniciais, 35% nos anos finais e 23,9% no total do ensino fundamental.

As taxas de distorção idade-série dimensionavam elevado atraso escolar e deixavam transparecer o efeito da “pedagogia da repetência” (COSTA RIBEIRO, 1991) engendrada no sistema de ensino. Desta forma, parecia coerente a implementação de uma política que focalizasse alunos multirrepetentes em risco de novas reprovações, fracasso e abandono escolar, com o objetivo de acelerar a aprendizagem e reintegrá-los ao ano escolar compatível com a idade.

Ainda em relação ao escopo da política, cabe ressaltar o fomento à terminalidade do ensino fundamental dos alunos matriculados no 6º ano que apresentavam distorção idade-série. Para estes alunos a política previa a conclusão dos 4 anos finais do ensino fundamental em 2 anos, através da matrícula em projetos de correção de fluxo em anos letivos sequenciais.

4. Dados e percurso metodológico

Nesta pesquisa, de abordagem quantitativa, se utilizou o Software SPSS para as análises estatísticas de dados provenientes de três fontes: 1) as bases de matrículas do Censo Escolar de 2010 a 2014; 2) as bases de turmas do Censo Escolar deste mesmo período; 3) a base de matrículas da SME do ano de 2009, cotejadas aos documentos pertinentes à política.

Buscamos analisar as características dos alunos, a distorção idade-série e as matrículas durante o período investigado. As bases de matrículas e turmas do Censo Escolar forneceram dados referentes aos perfis dos alunos (sexo, raça/cor). A fim de captar a repetência dos alunos foi utilizada a variável referente à etapa e ao ano de ensino no qual o aluno está matriculado, conforme a base de matrículas do Censo Escolar. Na análise das trajetórias, utilizamos as bases de turmas do Censo Escolar através da identificação das turmas regulares e de projetos de correção de fluxo organizadas pela SME entre 2010 a 2014. Verificamos a vinculação das matrículas dos alunos aos projetos a partir dos nomes/números das turmas cotejadas às Portarias e Resoluções de matrículas. O atraso escolar foi verificado através dos níveis de defasagem dos alunos através de uma variável de defasagem criada para cada ano de escolaridade do ensino fundamental (1º ao 9º ano) nas bases de matrículas de 2010 a 2014.

Em virtude dos limites do Censo Escolar para captar ou estimar os níveis socioeconômicos (NSE) dos alunos, utilizamos como terceira fonte de dados o banco de matrículas da SME de 2009, considerando a vantagem de apresentar dados sociodemográficos dos alunos (como o NIS [1], por exemplo) e de ter incorporado o Código de Identificação do aluno no INEP, variável que se constituía como a chave de ligação entre as três bases de dados da pesquisa.

Inicialmente realizamos um estudo exploratório nas bases do Censo Escolar e na sequência organizamos a base de matrículas da SME do ano de 2009. Nosso objetivo era mapear as variáveis que seriam utilizadas na pesquisa e selecionar na base de matrículas da SME os alunos matriculados no 5º ano escolar em 2010, que se constituía na população da pesquisa. Originalmente a base contava com 183.319 casos, referentes à: 54.107 matrículas no 4º ano, 54.275 matrículas no 5º ano e 74.937 matrículas no 6º ano escolar. Entretanto, 47.280 (26%) dos casos não possuíam Código de Identificação do INEP e havia grande incidência de duplicidade, que foram tratadas para serem excluídas posteriormente da base. Verificamos se a retirada afetaria a análise, acarretando uma perda enviesada de dados [2]. Após estes cuidados, migramos para a base unificada de turmas e matrículas do Censo Escolar (2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) as variáveis da base de matrículas da SME de 2009, que apresentava 130.298 casos, correspondentes às matrículas no 4º, 5º ano e 6º ano com código INEP.

Durante a ocorrência de perda de 15.030 casos relacionados possivelmente à evasão de matrículas do 4º, 5º e 6º ano, nos anos letivos de 2010 a 2014. Os casos relacionados às matrículas do 5º ano em 2010 (desaparecidos entre 2010 e 2014) foram integrados a base, constituindo o conjunto de 4.224 alunos caracterizado pelo desfecho "fora do sistema". É importante ressaltar que estes casos não se restringem a abandono, mas dizem respeito também às mudanças dos alunos para outros estados e falecimentos, entre outras situações não captadas pela pesquisa.

Para o estudo das trajetórias foram selecionadas as matrículas do 5º ano em 2010, correspondentes aos alunos aprovados do 4º para o 5º ano (37.348) e aos reprovados no 5º ano (3.128) provenientes da base de matrículas de 2009. Após a eliminação dos casos correspondentes ao 6º ano a população de nossa pesquisa passou a contar com 40.476 matrículas, que foram distribuídas em dois conjuntos assim classificados: 1) alunos que não foram matriculados em turma de correção de fluxo em 2011, 2012 e 2013; 2) alunos que foram matriculados em turmas de correção de fluxo em qualquer um destes anos.

Os desfechos encontrados na base de dados para o ano de 2014, que nortearam a análise e que representam os pontos de chegada das trajetórias desses alunos, são os seguintes: 1) 9º ano; 2) Ensino médio; 3) Ensino médio em 2013 e fora do sistema em 2014; 4) EJA Ensino fundamental; 5) 5º, 6º, 7º ou 8º ano do ensino fundamental; 6) Projeto de Correção de Fluxo e 7) Fora do sistema.

Para melhor compreensão do encadeamento do processo de análise optou-se por apresentar, através da tabela seguinte, a distribuição das matrículas por desfecho escolar em 2014 nos dois conjuntos de alunos: não matriculados em projetos de correção de fluxo e matriculados em projetos de correção de fluxo. Os desfechos foram captados através da variável etapa de ensino, nos anos letivos de 2011, 2012 e 2013, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição das matrículas de alunos que cursavam o 5º ano em 2010 conforme os desfechos escolares em 2014, considerando terem sido matriculados em turmas de correção de fluxo, ou não, entre 2011 e 2013

Matrículas em 2011, 2012 e 2013	Não matriculados em turmas de correção de fluxo		Matriculados em turmas de correção de fluxo	
	N	%	N	%
Desfecho Escolar em 2014				
9º ano	25.282	73,6	93	1,5
Ensino médio	23	0,1	1.664	27,2
Ensino médio em 2013 e fora do sistema em 2014	0	0	256	4,2
5º ou 6º ou 7º ou 8º ano do ensino fundamental	5.402	15,7	967	15,8
Turma de Projeto de Correção de Fluxo	728	2,1	1.611	26,3
EJA – ensino fundamental	284	0,8	198	3,2
Fora do sistema	2.631	7,7	1.337	21,8
Total	34.350	100	6.126	100

Fonte: Base de matrículas da SME 2009 e Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora

Na análise dos dois conjuntos de alunos, apresentados na Tabela 1, observa-se a que o primeiro conjunto corresponde a 84,9% da população e o segundo a 15,1%. Entre os alunos matriculados em turmas regulares prevalece o desfecho no 9º ano do ensino fundamental, com 73,6% de alunos. Supostamente a trajetória escolar destes alunos manteve-se estável, sem reprovações, considerando que em 2010 cursavam o 5º ano.

No conjunto dos alunos matriculados em projetos de correção de fluxo destacam-se os percentuais de chegada ao ensino médio (27,2%), turma de Projeto de correção de fluxo (26,3%) e fora do sistema (21,8%). No tocante ao ensino médio, o pressuposto é que em 2010 esses alunos apresentavam idade mais avançada em relação aos que não frequentaram correção de fluxo. Neste sentido, o recurso da aceleração da aprendizagem proporcionou um desfecho que corrigiu o percurso e o fluxo escolar. Assim, a correção de fluxo se constituiu como o mecanismo utilizado pelo sistema para a chegada ao ensino médio e o possível prolongamento da escolaridade.

Na seção seguinte serão detalhados os perfis dos alunos matriculados em correção de fluxo, foco deste estudo.

5. Características sociodemográficas dos alunos matriculados em turmas de correção de fluxo

Neste movimento da pesquisa foram analisadas as semelhanças e diferenças entre os desfechos correspondentes aos perfis dos alunos matriculados em turmas de projetos de correção de fluxo entre 2011 e 2013. A análise das trajetórias e dos desfechos escolares, cotejados aos perfis dos alunos, será discutida na sequência.

Quadro 1: Características sociodemográficas dos alunos matriculados em correção de fluxo conforme os desfechos das trajetórias em 2014

Características		Desfecho da trajetória do aluno em 2014							
		9º ano	Ensino médio	Ensino médio em 2013 e fora do sistema em 2014	5º, 6º, 7º, 8º ano do ensino fundamental	Turma de Projeto	EJA ensino fundamental	Fora do sistema	
		Total							
		93	1.664	256	967	1.611	198	1.337	
Sexo	Masculino	%	50,5	57,4	57,4	60,4	60	62,1	54,9
	Feminino	%	49,5	42,6	42,6	39,6	40	37,9	45,1
Raça/cor	Branca	%	35,5	28,1	27,3	31,3	32,1	21,7	28,2
	Não branca	%	58,0	64,5	65,6	63	62	72,8	64,2
Escolaridade da mãe	Analfabeta	%	3,2	2,8	4,3	2,0	3,0	2,5	2,8
	1º Grau incompleto	%	47,3	36,1	34,4	34,4	38,6	37,4	39,4
	1º Grau completo	%	29,1	35,2	42,2	35,3	36,7	37,9	35,7
	2º Grau e Superior	%	8,6	10	6,3	14,5	6,3	11,1	6,2
	Sem registro de informação	%	11,8	15,8	12,8	13,8	15,4	11,1	15,9
NIS	Possui NIS	%	48,4	49,2	57,4	50,8	47,5	56,1	51,1
Distorção idade-série	Distorção idade-série de 2 anos ou mais em 2010	%	37,7	40,1	56,6	54,5	78,7	54,5	47

Fonte: Base de matrículas da SME, 2009 e Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora.

Nota: No tocante à raça/cor, os dados referentes à categoria “não declarada” foram desprezados, mas pode ser apreendido através do cálculo da diferença entre o percentual de 100% e o total de brancos e não brancos. Encontrava-se em torno de 6%. Foram utilizados os termos 1º e 2º Graus, no sentido de preservar os dados contidos na base de matrículas da SME.

De acordo com os dados distribuídos no Quadro 1 é possível observar que o sexo masculino é prevalente em todos os desfechos escolares. No entanto, há diferenças importantes, notadamente em relação aos alunos que alcançaram a EJA, turma de projeto de correção de fluxo, e ainda cujo desfecho em 2014 foi o 5º, 6º, 7º e 8º ano (relacionado aos repetentes e multirrepetentes). Nestes desfechos, os percentuais de alunos do sexo masculino encontram-se nas faixas em torno de 60%, correspondentes às mais elevadas do conjunto.

O desfecho EJA concentra o maior percentual de alunos não brancos (72,8%), bem como o segundo maior percentual de alunos que têm NIS (56,1%), evidenciando que os alunos que integram este desfecho são mais vulneráveis no que tange às condições socioeconômicas.

Um aspecto que apresenta forte relação com as trajetórias dos alunos no sistema de ensino é a escolaridade da mãe. De acordo com os dados, os níveis mais baixos encontram-se entre os alunos que estão fora do sistema em 2014, em vista de que apenas 6,2% das mães concluíram o 2º Grau e o Curso Superior. Neste desfecho mais de 50% dos alunos possui NIS, dado que indica, complementarmente, vulnerabilidade social.

Em contrapartida o desfecho escolar referente ao 9º ano apresenta, em relação ao conjunto, a menor taxa de distorção idade-série (37,7%), maior percentual de alunos brancos (35,5%) e de alunos do sexo feminino (49,5%). Tais características sugerem que os alunos que chegaram a este desfecho apresentam perfil que tende a favorecer uma trajetória escolar menos tortuosa.

A princípio os dados indicam diferenças entre os perfis dos alunos e parecem sugerir um processo de hierarquia escolar entre os “excluídos do interior” (BOURDIEU, 1998), retratada nos desfechos, que podem favorecer os alunos em melhores condições sociais, ainda que estejam todos, homologamente, matriculados em correção de fluxo.

6. Análise das trajetórias e desfechos escolares

O objetivo desta seção é analisar as trajetórias escolares do conjunto de alunos matriculados em projetos de correção de fluxo, cerne de nossa investigação, cujos perfis foram descritos na seção anterior. A análise baseia-se nos dados referentes às transições escolares atinentes aos desfechos, considerando como ponto de partida a matrícula no 5º ano escolar em 2010 até os possíveis desfechos no ano de 2014.

Definimos transição escolar como a passagem do aluno de um ano escolar para o outro, ou a permanência num determinado ano escolar, etapa ou modalidade de ensino. As transições derivam das aprovações ou reprovações

conforme os resultados de desempenho do aluno definido pela escola ao término do ano letivo.

É importante reafirmar que diante dos limites metodológicos desse trabalho não é nossa pretensão captar o efeito ou o impacto dos projetos de correção de fluxo sobre as trajetórias dos alunos. Pretende-se descrever e analisar as trajetórias, considerando a heterogeneidade e as semelhanças das transições que podem desembocar em trajetórias mais ou menos acidentadas, compreendendo-as, em parte, como possíveis consequências da política, por suas presumíveis relações. Consideramos que fatores como a atuação das mães no processo de escolarização, o nível socioeconômico e a forma como este tipo de intervenção pedagógica ocorre no sistema de ensino não podem ser observados isoladamente.

Iniciamos a análise com a apresentação do desfecho no 9º ano, como pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 2: Trajetória escolar dos alunos que chegaram ao 9º ano em 2014, que foram matriculados em correção de fluxo entre de 2011 e 2013

Transições entre os anos letivos		Subtotal		Total	
Ano	Escolaridade	N	%	N	%
2011	6º ano	45	48,4	93	100
	5º ano	48	51,6		
2012	7º ano	77	82,8	93	100
	5º ano e 6º ano	16	17,2		
2013	8º ano	87	93,5	93	100
	6º e 7º ano	6	6,5		

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora.

Considerando que a primeira linha de cada ano letivo, corresponde à aprovação, e que os percentuais relacionados à esta situação aumentam no decorrer do percurso, os dados expostos no Quadro 2 deixam transparecer que os projetos de correção de fluxo atuaram no sentido de reduzir a repetência destes alunos.

No início da trajetória, em 2010, de acordo com o Quadro 1 apresentado na seção anterior, observa-se que neste desfecho havia 37,7% de alunos com distorção idade-série. Ao final da trajetória, em 2014, este percentual foi reduzido para 7,6%, conforme dados do Censo Escolar. Possivelmente este desfecho está fortemente relacionado ao percentual de distorção idade-série (37,7%) mais baixo comparado aos dos demais desfechos (QUADRO 1).

No quadro seguinte observa-se a trajetória dos alunos, cujo desfecho escolar foi o ensino médio em 2014.

Quadro 3: Trajetória escolar dos alunos que chegaram ao ensino médio em 2014, que foram matriculados em correção de fluxo entre 2011 e 2013

Transições entre os anos letivos		Subtotal		Total	
Ano	Escolaridade	N	%	N	%
2011	5º ano	160	9,5	1.664	100
	6º ano	1.504	90,5		
2012	6º ano	1.361	81,7	1.664	100
	7º ano	284	17		
	8º e 9º ano	18	1,1		
	EJA	1	0,2		
2013	8º ano	579	34,9	1.664	100
	7º ano e 9º ano	8	0,5		
	EJA	5	0,4		
	Ensino Médio	1.072	64,2		

Fonte: Base de dados SCA 2009 e Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora

O desfecho da trajetória no ensino médio parece previsível, considerando tanto a perspectiva de aceleração da aprendizagem inerente à política de correção de fluxo, como o objetivo de terminalidade do ensino fundamental no âmbito da política implementada.

Os dados do Quadro 3 deixam transparecer transições escolares bastante heterogêneas e irregulares, evidenciando que o ensino médio foi alcançado de forma bastante tortuosa se compararmos ao desfecho no 9º ano. Chama atenção que em 2012 81,7% era aluno do 6º ano. A trajetória sobre esses alunos passou a incidir mais fortemente uma política de correção de fluxo voltada para a aceleração da terminalidade do ensino fundamental, reafirmando o objetivo central da política. Contudo, não se pode assegurar que a transposição da barreira dos anos finais do ensino fundamental para o ensino médio garanta, por si só, o êxito escolar, a permanência no sistema de ensino e o processo prolongado no sistema escolar. Estudos têm apontado para as elevadas taxas de repetência, abandono e evasão, bem como para a baixa proficiência nesta etapa de ensino (LIMA; GOMES, 2013; SILVA et al., 2016).

O quadro seguinte retrata o desfecho dos alunos que chegaram ao ensino médio em 2013, mas que estão fora do sistema em 2014. Cabe reafirmar que este desfecho é restrito aos matriculados em correção de fluxo (TABELA 1).

Quadro 4: Trajetória escolar dos alunos que chegaram ao ensino médio em 2013 e estão fora do sistema em 2014, que foram matriculados em correção de fluxo entre 2011 e 2013

Transições entre os anos letivos		Subtotal		Total	
Ano	Escolaridade	N	%	N	%
2011	6º ano	250	97,7	256	100
	5º ano	6	2,3		
2012	6º ano	250	97,7	256	100
	7º, 8º e 9º ano	6	2,3		
2013	Ensino médio regular	253	98,8	256	100
	Ensino médio EJA e Integrado não seriado	3	1,2		

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora

De acordo com o Quadro 4, para estes alunos que apresentavam importantes desvantagens sociais, retratadas no elevado percentual de alunos não brancos, posse de NIS, multirrepetência no 6º ano de escolaridade parecia ser demandado um processo de intensificado de aceleração da aprendizagem para correção de fluxo e encaminhamento para o ensino médio.

Conforme dados do Censo, em 2011, dos 256 alunos 249 alunos estavam matriculados em turmas com previsão mais acelerada de terminalidade que os demais projetos, sendo encaminhados para o ensino médio em 2013. Contudo, a correção de fluxo parece não ter favorecido a continuidade do processo de escolarização ou as futuras ocupações no mercado de trabalho. Por motivos que fogem ao escopo desta pesquisa não é possível dimensionar os fatores que interagiram para que a conclusão da educação básica fosse frustrada neste ponto da trajetória escolar.

No Quadro 5 estão expostos os dados do desfecho no 5º, 6º, 7º ou 8º ano em 2014.

Quadro 5: Trajetória escolar dos alunos matriculados no 5º, 6º, 7º ou 8º ano em 2014, que foram matriculados em de correção de fluxo entre 2011 e 2013

Ano	Transições entre os anos letivos Escolaridade	Subtotal		Total	
		N	%	N	%
2011	5º ano	127	13,1	967	100
	6º ano	840	86,9		
2012	5º ano	50	5,2	967	100
	6º ano	254	26,3		
	7º ano	663	68,5		
2013	5º ano	13	1,3	967	100
	6º ano ou 7º ano	933	96,5		
	8º ano	21	2,2		

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora

No tocante às transições escolares, no Quadro 5, chama atenção o baixo percentual de alunos que alcançou o 8º ano em 2013. Levando-se em conta que este grupo foi matriculado em turmas de correção de fluxo entre 2011 e 2013, parece incongruente que apenas 2,2% tenham alcançado este ano de escolaridade ao término das transições. Neste cenário, é plausível caracterizar que estes alunos, a despeito da matrícula em correção de fluxo, apresentam uma trajetória caracterizada pela repetência e pelo atraso escolar. Cabe sublinhar que, conforme dados do Censo, 41,1% apresentavam distorção idade-série de dois anos ou mais em 2014, registrando redução de 13,4 p.p. em relação a 2010.

O desfecho em turmas de projetos de correção de fluxo em 2014, exposto no quadro seguinte, constitui o segundo grupo mais numeroso de matrículas da análise.

Quadro 6: Trajetória escolar dos alunos matriculados em correção em 2014, que foram matriculados em correção de fluxo entre 2011 e 2013

Ano	Transições entre os anos letivos Escolaridade	Subtotal		Total	
		N	%	N	%
2011	5º ano	179	11,1	1.611	100
	6º ano	1.432	88,9		
2012	5º e 6º ano	539	34	1.611	100
	7º ano	1.062	66		
	5º e 6º ano	190	11,7		
2013	7º ano	1.397	86,8	1.611	100
	8º ano	24	1,5		

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora

De acordo com as transições observadas no Quadro 6, não obstante os alunos tenham sido matriculados em turmas projeto de correção de fluxo, o percentual de repetência aumenta progressivamente entre os anos de 2011 e 2013. Ao final de 2013, quase a totalidade dos alunos (98,5%) estava em ano escolar incompatível com a correção do percurso escolar prevista na política. Ainda que outros fatores possam ter contribuído para este malogrado processo de escolarização, podemos especular que os projetos de correção de fluxo não se constituíram como intervenção pedagógica eficaz para este grupo de alunos, que permaneceram em turmas de correção de fluxo no desfecho da trajetória escolar.

Como apresentado no Quadro 1, na seção anterior, 60% dos alunos deste desfecho são do sexo masculino e 78,7% apresentam distorção idade-série, correspondendo a maior taxa do conjunto. Uma relevante discussão sobre os efeitos da distorção idade-série na transição para o ensino médio foi realizada por Lima e Gomes (2013). Fazendo uso de uma pesquisa longitudinal através de microdados do Censo Escolar, os autores verificaram que os efeitos desfavoráveis da distorção idade-série, podem, no limite, levar ao abandono, principalmente entre os jovens do sexo masculino matriculados em escolas públicas. Os alunos mais velhos são os mais vulneráveis ao abandono escolar.

A respeito dos alunos mais velhos das escolas públicas, a EJA se constitui na modalidade de ensino dirigida aos que não tiveram acesso ou oportunidade de continuidade de estudos na idade apropriada.

O Quadro 7 mostra os percursos que resultaram no desfecho nesta modalidade de ensino em 2014.

Quadro 7: Trajetória escolar dos alunos matriculados na EJA do ensino fundamental, que foram matriculados em correção de fluxo entre 2011 e 2013

Ano	Transições entre os anos letivos Escolaridade	Subtotal		Total	
		N	%	N	%
2011	5º ano	74	37,4	198	100
	6º ano	124	62,6		
2012	5º e 6º ano	135	68,7	198	100
	7º ano	98	29,8		
	EJA anos iniciais	2	1		
	EJA anos finais	1	0,5		
2013	5º, 6º ou 7º ano	145	73,3	198	100
	8º ano	25	12,6		
	EJA anos iniciais	9	4,5		
	EJA anos finais	19	9,6		

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora.

O desfecho na EJA em 2014 abrange um reduzido número de alunos, tanto em relação à população da pesquisa, quanto entre os alunos que foram matriculados em turmas de correção de fluxo (Tabela 1). Em vista de que esta modalidade de

ensino se destina aos jovens e adultos marcados pelo fracasso escolar no ensino fundamental regular, este desfecho traduz a tentativa do sistema de ensino cumprir uma dívida social, ainda que numa modalidade de ensino de menor prestígio, em relação ao ensino regular, como afirmam Friedrich et al. (2010).

De acordo com os dados expostos no Quadro 7 os percentuais de reprovação nesta trajetória aumentaram progressivamente até atingir 73,3% em 2013. As transições para a EJA também aumentaram, até atingir a totalidade das matrículas em 2014.

É possível observar que as trajetórias são sinuosas, caracterizadas por transições heterogêneas. Cabe salientar que neste desfecho foram encontrados os maiores percentuais de alunos do sexo masculino (62,1%) e não brancos (72,8%), como observado no Quadro 1. Estas condições, associadas a outros fatores (internos à escola, à política e ao sistema educacional), parecem ter influenciado as trajetórias desses alunos e tê-los impellido para uma modalidade de ensino reconhecida pelo menor prestígio, em relação ao ensino regular, como asseveram Gomes, Carnielli e Assunção (2003, p. 48). Segundo os autores a EJA “destina-se eminentemente aos alunos considerados mais fracos, defasados e, portanto, menos privilegiados do ponto de vista social”. Neste sentido, “não é de surpreender que aos seus certificados possa ser atribuído estigma de inferioridade, pressupondo que o portador não se deu bem no ensino regular”. Desta forma, a EJA expõe um desfecho de baixa consagração na sociedade, tanto simbolicamente, pelo capital cultural que representa, quanto pelo baixo retorno econômico, vislumbrado em profissões menos promissoras na hierarquia social.

O quadro seguinte expõe o percurso escolar dos alunos que estão fora do sistema em 2014.

Quadro 8: Trajetória escolar dos alunos que estão fora do sistema em 2014, que foram matriculados em correção de fluxo entre 2011 e 2013

Ano	Transições entre os anos letivos		Subtotal		Total	
	Escolaridade	N	%	N	%	
2011	5º ano	293	21,9	1.337	100	
	6º ano	1.044	78,1			
2012	5º e 6º ano	1.048	80,4	1.337	100	
	7º, 8º e 9º ano*	239	18,4			
	EJA anos iniciais	4	0,3			
	EJA anos finais	12	0,9			
2013	5º, 6º e 7º ano	316	59,9	1.337	100	
	8º ano e 9º ano*	174	32,9			
	EJA anos iniciais	7	1,4			
	EJA anos finais	31	5,8			

Fonte: Base de dados do Censo Escolar 2010 a 2014. Elaboração da autora.

Nota: *11 desses alunos estavam matriculados no 9º ano^[1]

A respeito das transições, é possível observar no Quadro 8 que a saída do sistema incide mais fortemente a partir de 2012, quando são observados 80,4% de alunos repetentes e multirrepetentes. Nota-se ainda, que mesmo os alunos que atingiram o 8º e o 9º ano de escolaridade durante o percurso, e estão próximos do término do ensino fundamental, não permanecem na base de dados em 2014. Cabe destacar o acentuado percentual de alunos não brancos relacionados a este desfecho como apresentado no Quadro 1. Ainda que não possamos estabelecer que a saída do sistema tenha relação exclusiva com o abandono escolar, os dados parecem confirmar os achados de pesquisas que apontam para a relação entre raça/cor e abandono escolar.

7. Considerações finais

No trabalho aqui apresentado procurou-se verificar e analisar as possíveis relações estabelecidas entre uma política de correção de fluxo e as trajetórias de alunos que cursaram o 5º ano escolar em 2010, até os desfechos escolares em 2014. As análises foram cotejadas aos perfis destes alunos, ao atraso escolar (expresso nas taxas de distorção idade-série) e às transições escolares.

Ainda que na análise tenhamos focalizado os alunos desfavorecidos do sistema escolar, o estudo das trajetórias confirmou evidências encontradas na literatura: a distribuição dos alunos matriculados em correção de fluxo nas trajetórias e nos desfechos escolares não é fortuita. Está relacionada aos perfis sociodemográficos expressos: no NIS, que captou a pobreza; na escolaridade da mãe, que informou sobre o capital cultural da família e se constitui numa proxy do NSE; além do sexo, da cor e do atraso escolar do aluno.

Em relação às trajetórias, os alunos que atingiram em 2014 a EJA do ensino fundamental, são notadamente os que alcançaram o desfecho de menor prestígio, em paralelo àqueles que estão “fora do sistema”. Os dois grupos (EJA e “fora do sistema em 2014”) apresentam trajetórias mais acidentadas em relação aos demais, permeadas por reprovações e inserções em anos de escolaridade diferentes. Em termos de projeção acadêmica e de futuro profissional, ambos são pouco promissores, conforme apontado pela literatura. Também não parece trivial que o segundo desfecho de trajetória mais numeroso seja a permanência em correção de fluxo.

Embora não tenha sido pretensão deste estudo captar o efeito ou o impacto da política sobre as trajetórias dos alunos, os resultados evidenciam um processo de hierarquização e o reforço da classificação previamente estabelecida pela sociedade, confirmada através dos desfechos escolares. Alunos brancos, do sexo feminino, alcançaram desfechos mais promissores, sugerindo que a política não reduziu as desigualdades de origem já acentuadas na sociedade e no interior do sistema. Aparentemente a perspectiva de equidade, apresentada como promessa no escopo da correção de fluxo, não favoreceu trajetórias regulares e desfechos equânimes que indiquem processos longevos de escolarização e redução das desigualdades sociais através do sistema escolar.

8. Referências bibliográficas

- ALVES, F.C.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, nº. 130, pp. 161-180, jan.-mar. de 2007.
- BOURDIEU, P. PASSERON, J.C. *Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora. In: Bourdieu, P. *Escritos de Educação* (NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Orgs). Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998. p. 39-64.

- CARVALHO, M. P. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 11-40, jan./abr. 2004
- COSTA RIBEIRO S. A Pedagogia da Repetência. *Estudos Avançados*, nº 5 p. 6-21. 1991.
- CRAHAY, M. Como a escola pode ser mais justa e eficaz? *Cadernos Cenpec*. São Paulo, v. 3, nº 1, p. 9-40, jun. 2013.
- DUBET, F. *O que é uma escola justa? A escola de oportunidades*. São Paulo: Cortez Editora. 2008, 119 p.
- FERRARO, A. R.. Gênero e alfabetização no Brasil – caminhos para a pesquisa em Sociologia da Educação a partir de fontes estatísticas. In: PAIXÃO, L. P.; ZAGO, N. (Orgs.) *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007, p. 154-181.
- LIMA, L. C. A; GOMES, C.A. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. *Rev. bras. Estudos pedagógicos*. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 745-769, set./dez. 2013.
- LOUZANO, P. Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos étnico-raciais. In: *36ª Reunião Nacional da ANPED* – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.
- FRANCO, C; ALVES, F; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100 (especial), p. 989-1014, out. 2007.
- FRIEDRICH, M; BENITE, A. M. C; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V.S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: Avaliação de Políticas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.
- GOMES, C.A.; CARNIELLI, B. L.; ASSUNÇÃO, I. R. A expansão do ensino médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 29-44, jan./dez. 2004.
- MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil no século XXI. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 389-430, 2011.
- NOGUEIRA, M. A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/ interrogações sociológicas. *Análise Social*, vol. XL (176), 563-578, 2005.
- RIBEIRO, A. C. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 41 a 87.
- RIO DE JANEIRO. Resolução SME 1079 de 27 de maio de 2010. *Instituiu projetos especiais de correção de fluxo na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e dá outras providências*. Publicado no Diário oficial de 28/05/2010.
- SILVA, P. B.C; REZENDE, N. C.; QUARESMA, T.C.C; CHRISPINO, A. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 445-476, abr./jun. 2016.
- SOARES, J. F; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação e Pesquisa*, v. 29(1), 2003, p. 147-165.

[1] O NIS, Número de Identificação Social, tem sido utilizado em pesquisas nacionais como uma proxy da pobreza, pois está associado ao risco de vulnerabilidade social, em vista de estar relacionado ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cujos beneficiários são notadamente famílias que se encontram na faixa da pobreza ou extrema pobreza.

[2] Comparamos as características sociodemográficas dos dois grupos de alunos, a fim de observar a equivalência dos alunos com e sem código INEP do 4º e do 5º ano, que integravam a base de matrículas em 2009, considerando que estes alunos seriam os elegíveis para o 5º ano em 2010. Como a retirada não prejudicaria as análises, dispensamos as matrículas que não possuíam o código INEP.

[3] Estes alunos se caracterizam por uma trajetória peculiar, em vista de terem alcançado o 9º ano em 2012 e 2013. No entanto, o número reduzido de casos e os desfechos em 2014, marcados pela saída do sistema, concorreram para que na análise estes alunos fossem integrados ao desfecho "fora do sistema em 2014".